

Título -> Conferência Nacional da
Educação Básica

2007

Governo do
Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

REALIZADA DE 20/11/07 E 21/11/07

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Que eventos e espaços públicos de debate foram utilizados como referência?

A Conferência da Educação Básica no Distrito Federal, realizada no Espaço Finatec, Campus da Universidade de Brasília, foi sistematizada em quatro eixos temáticos, resultantes de um reagrupamento dos grupos que compõem a estrutura temática da Conferência Nacional da Educação Básica:

- - **1º dia – matutino:** Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação e o financiamento como base de consolidação do regime de colaboração entre os sistemas.
- - **1º dia – vespertino:** Democratização da gestão, qualidade social da educação e formação e valorização profissional.
- - **2º dia – matutino:** Princípios da Educação Básica.
- - **2º dia – vespertino:** Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Cada turno foi iniciado por uma palestra ministrada por cerca de uma hora e meia. Em seguida, os participantes se dividiram em dez salas de debate das quais se originaram dez grupos de proposições a serem levadas à Conferência Nacional da Educação Básica.

Os debates foram conduzidos por um mediador, acompanhado de assistente, e as propostas apresentadas foram submetidas aos participantes da respectiva sala. Ao final dos dois dias, foi concluído e ratificado um documento de cada um dos dez grupos.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



Outro resultante dos dias 20 e 21 de novembro foram às listas de vinte delegados que representarão o Distrito Federal na Conferência Nacional da Educação Básica, respeitada a proporção de representatividade dos segmentos participantes da Conferência local.

No dia vinte e nove do mesmo mês, como desdobramento da Conferência, foi realizada uma plenária para tratar da unificação das propostas de cada sala de debate. Nesse encontro, foi aceita a proposição de que competiria aos delegados indicados para a Conferência Nacional a compilação do material.

No dia seguinte foi realizada uma reunião com os delegados para entrega do material e no dia 10 de dezembro do ano corrente foi aprovado o conjunto de proposta que o Distrito Federal apresentará na Conferência Nacional da Educação Básica.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Eixo Temático e seus desdobramentos

I – Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação e o financiamento como base de consolidação do regime de colaboração entre os sistemas.

- O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.
- O Plano Nacional de Educação – PNE na perspectiva dos planos Estaduais e Municipais de Educação.
- Educação para todos ao longo da vida.
- Setor privado na construção de um Sistema Nacional de Educação.
- Função social da escola.
- Gestão e financiamento de políticas educacionais num regime de colaboração.
- Fundeb e o desenvolvimento dos sistemas de ensino.
- Transparência na gestão dos recursos: gestão e compromisso.
- A vinculação dos recursos à manutenção e ao desenvolvimento da educação.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA
RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO
FEDERAL

REALIZADA EM 20/11/2007

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Eixo I: Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação e o financiamento como base de consolidação do regime de colaboração entre os sistemas

Posições Majoritárias

- Maior divulgação do PDE nas escolas;
- Haver uma maior aproximação entre as metas estabelecidas pelo PDE e suas respectivas ações;
- Universalização do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos;
- - Ampliar metas e avaliar o PNE fazendo as devidas correções;
- Estabelecer outras metas pois as metas do PNE não são suficientes;
- Que a educação na área rural receba a devida atenção, zelando pela igualdade de oferta de vagas para a Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos;
- Tornar a escola mais atraente e competitiva, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação;
- Democratização da escola pública através da participação efetiva da sociedade civil;
- Criar mecanismos que possibilitem ao professor acesso pleno à cultura, especialização e formação continuada;
- Que o MEC/FNDE. Permita a participação dos professores na definição dos critérios para a escolha dos livros didáticos;
- Assegurar a agilização na liberação das verbas para educação, estipulando



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



prazos para os repasses;

- Incentivar e liberar verbas para programas culturais (cinema, teatro e outros);
- Ampliação da contribuição para a educação de 4% para 7% do PIB;
- Que sejam aumentados os fatores de diferenciação do Fundeb para a creche e a pré-escola, considerando os custos reais do atendimento;
- Tornar transparente o processo de distribuição da verba, principalmente em relação ao Fundo Constitucional do DF;
- Que o órgão responsável realize auditoria nas verbas (FNDE) destinadas ao Programa Brasil Alfabetizado. Realização de prestação de contas mais detalhada do MEC, com mecanismos de fiscalização, com a participação da sociedade;
- Que nos Municípios onde haja déficit de professores para as séries iniciais, sejam realizadas;
- Descentralização de recursos, garantida a responsabilidade do estado como órgão mantenedor e criação de meios legais para que a população se mantenha informada quanto à transparência da gestão;
- Oferta de Capacitação para que os gestores administrem os recursos públicos;
- Fiscalização pelo MEC da aplicação efetiva do percentual de 25% destinado para a educação;
- Proporcionar a discussão sobre o Custo Aluno-Qualidade (CAQ);

Posições Minoritárias

- Tornar a escola pública menos excludente;
- Fiscalização mais intensa sobre a qualidade do ensino por parte do MEC;
- Esclarecer e aprofundar as estratégias do Plano Nacional de Educação – PNE juntamente com profissionais da educação;
- Promover estratégias de discussão sobre os documentos legais referentes à escola, com o objetivo de conhecer o Plano Nacional de Educação;
- Maior autonomia aos gestores que conhecem a realidade da comunidade na qual a escola está inserida;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



- Tornar efetivamente obrigatório todos os níveis da educação básica, estipulando prazos para os estados e municípios cumprirem essa norma. Esses prazos devem ser diferenciados e os estados e municípios cujo sistema de ensino esteja melhor estruturado deve cumprir a determinação antes dos outros;
- Promover discussões, envolvendo todos os segmentos, para avaliar os reais objetivos da escola, ressaltando sua importância como referência, bem como a abertura efetiva para utilização da comunidade;
- Realizar mini - conferências nas escolas abordando o tema;
- Que cada setor, órgão e sindicato envolvido nas discussões se responsabilize em relação às propostas apresentadas;
- Gestor escolar, com formação específica, eleito por processo democrático;
- Definir os valores para as verbas estabelecidas pelo PDE, bem como estipular prazos para o seu repasse;
- Criar mecanismos eficientes de definir onde os recursos devem ser aplicados para priorizar a estruturação das escolas;
- Que o indicador preço aluno/qualidade sirva de referência na definição e direcionamento de verbas para a educação;
- Que haja um aprimoramento nos mecanismos de fiscalização externa e social quanto à aplicação e utilização dos recursos financeiros;
- Ampliar os recursos destinados à educação que se mostram insuficientes;
- Que os recursos destinados ao pagamento dos aposentados sejam desvinculados do percentual constitucional para a educação;
- Criação de uma verba específica para construção e desenvolvimento de Projetos Políticos Pedagógicos;
- Destinar recursos voltados a programas de correção de fluxo associado às políticas públicas na área de matemática, língua portuguesa, ciências e outras;
- Dar autonomia às escolas para que estas gerenciem os recursos financeiros de acordo com suas necessidades, mantendo uma fiscalização eficiente;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Eixo Temático e seus desdobramentos.

II – Democratização da gestão, qualidade social da educação e formação e valorização profissional.

- Gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas.
- Sistema Nacional de Avaliação.
- Formação inicial e continuada de professores e servidores, presencial e a distância.
- Valorização de professores e de servidores: piso salarial e desenvolvimento na carreira.
- Avaliação do professor como instrumento de valorização.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA
RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO
FEDERAL

REALIZADA EM 20/11/2007

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Eixo II: – Democratização da gestão, qualidade social da educação e formação e valorização profissional.

Posições Majoritárias

- Motivar e incentivar a criação ou reabertura de grêmios estudantis;
- Que a Prova Brasil seja estendida a todas as escolas rurais para que elas também tenham um diagnóstico preciso da sua realidade;
- Implantar a avaliação Institucional na rede pública;
- Ampliar o espaço de qualificação dos profissionais da escola básica através de parcerias estabelecidas com universidades públicas;
- Ampliação na oferta de cursos de formação continuada financiados pelo governo federal;
- Debater o piso nacional dos trabalhadores em educação, valorizando os salários para uma melhor qualidade de vida, promovendo desenvolvimento das carreiras e formação continuada;
- Oferecer melhores condições de trabalho a professores e servidores: Ex: recursos didáticos e de manutenção;
- Equiparar os salários dos professores com as demais carreiras públicas de nível superior;
- Não permitir a terceirização dos trabalhadores da educação;

Posições Minoritárias

- Melhor esclarecimento do que é a gestão democrática citada na Constituição



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Federal e sua função dentro do âmbito escolar;

- Consolidar critérios democráticos e transparentes na constituição dos diferentes conselhos e comitês que atuam na área educacional, de modo a garantir o efetivo controle e a participação social tanto no âmbito do sistema quanto das escolas;
- Inversão do planejamento educacional, sendo de baixo para cima, tendo a escola como foco;
- As pautas estabelecidas para o DF têm que ser de acordo com as características peculiares da unidade federativa;
- Participação ativa e interativa de cada envolvido buscando sintonia de objetivos;
- Os Conselhos Escolares devem ser melhor estruturados, com ampla divulgação dos documentos que orientam sua atuação para que sejam fortalecidos e que haja participação efetiva de seus membros;
- Que a participação de membros da comunidade escolar nos conselhos escolares seja possibilitada com ajuda de custo, atentando para o risco de que essa prática não seja mercantilizada;
- Preparação e capacitação de toda a equipe gestora com cursos que enfoquem o conhecimento e compreensão de leis que regem a educação e a administração pública;
- Reflexão e discussão nas escolas a respeito do modelo de sociedade que se quer;
- Criar estratégias para trazer os pais para dentro da escola de modo que não seja somente nos momentos de entrega de notas e boletins;
- Compreender a autonomia da escola como um processo de decisão participativa;
- A Prova Brasil e o ENEM devem servir como instrumentos para avaliar a situação e apoiar mudanças e não como uma finalidade em si mesmo;
- Estabelecer parâmetros utilizados que interferem no resultado da avaliação;
- Construção avaliativa considerando o espaço social e a realidade de vida do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



aluno, dando ênfase à qualidade e ao processo;

- Utilização dos dados do IDEB para fins de avaliação qualitativa a serviço das aprendizagens;
- Que haja uma fiscalização mais intensiva nas escolas particulares, visando a sua regularização e suas condições de funcionamento. A sociedade deve ter acesso a informações sobre a situação institucional e o cumprimento das exigências legais para o exercício da sua atividade;
- Que seja feita a mobilização de toda a sociedade para a melhoria da qualidade no ensino brasileiro. Para tanto, é necessário maior participação do Estado, melhor remuneração dos profissionais e motivação do aluno;
- Retorno mais rápido dos resultados das avaliações dos alunos para que fique claro o desenvolvimento deles e que a escola possa saber realmente quem é seu aluno e como ele está em relação aos outros estados e outras escolas. Seria desejável que os resultados da Prova Brasil viessem individualizados (resultado de cada aluno);
- Criar conselhos de avaliação com membros de várias entidades com o objetivo de interpretar os resultados obtidos e formular novas avaliações;
- Expor a função, recursos, métodos, instrumentos utilizados nos sistemas de avaliações;
- Regionalizar a linguagem utilizada nas avaliações;
- Ampliar as variáveis dos instrumentos de avaliação, considerando o fator socioeconômico;
- Utilizar mais instrumento de avaliação para diagnosticar possíveis deficiências;
- Priorizar a avaliação como referência para o desenvolvimento das políticas educacionais e do trabalho da escola;
- Rever as concepções de avaliação, de forma a renovar as relações dos usuários do sistema e todos os atores envolvidos;
- Utilizar os indicadores de avaliação existentes para garantir a melhoria do trabalho escolar, bem como do aperfeiçoamento do senso crítico do aluno;
- Os cursos de licenciatura devem ser revistos, pois não preparam para a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



docência;

- Criação de estratégias para incentivar e exigir participação em cursos de formação continuada de qualidade;
- Criação de mecanismos de reintegração do profissional que retorna após período de qualificação ou especialização;
- Desenvolver políticas que possibilitem o aproveitamento de profissionais qualificados da área de educação de forma a contribuir na formação e aperfeiçoamento de outros profissionais, evitando o sub-aproveitamento de pessoal;
- Estabelecer cursos de formação continuada que abordem temas ligados à afro-descendência;
- Incentivos, inclusive financeiros, para que o professor busque sua formação continuada;
- Pós-graduação de um ensino à distância, semi presencial, dentro das redes de ensino;
- Cumprimento da Lei nº 10.639/2003 quanto à obrigatoriedade no ensino de Libras nos cursos de formação de professores;
- Garantir que todas as escolas tenham coordenador pedagógico indicado pelo corpo docente com funções definidas voltadas para a formação continuada e acompanhamento curricular sem a prerrogativa de substituição de professores;
- Que sejam oferecidos seminários e cursos para os diretores e servidores, visando a prepará-los para dar apoio pedagógico ao professor, pois algumas escolas ainda deixam a desejar na coordenação do trabalho pedagógico em equipe e valorizam mais a dimensão administrativa;
- Que as universidades e faculdades resgatem valores e motivem seus estudantes para atuarem na educação, uma vez que muitos chegam desmotivados e despreparados à sala de aula, como por exemplo, na pedagogia da leitura e escrita;
- Exigência de curso superior para os profissionais da educação;
- Criação de mecanismos de valorização do profissional da educação que vão além dos discursos;
- Os segmentos dos servidores vêm sendo negligenciados e há tendência à terceirização, o que pode levar à extinção da carreira de Assistência em Educação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Atentar para a privatização de setores e para o fato de que profissionais terceirizados, pela natureza do vínculo, poderão ter menos compromisso com a Educação. A mesma preocupação aplica-se à terceirização de professores;

- Valorizar o servidor da carreira de assistência a educação possibilitando sua participação na gestão da escola;
- Reavaliar a distribuição do número de alunos / docente;
- Antes de avaliar o profissional de educação, redefinir o que é avaliação, o que se devem avaliar, quais critérios se deve levar em consideração no momento da avaliação;
- Promover avaliação dos professores pelos alunos o que pode gerar um maior comprometimento com o trabalho em sala de aula;
- Que a avaliação dos professores ocorra no âmbito da avaliação institucional e sem associação à produtividade, premiação ou punição;
- Promover a avaliação dentro do projeto político pedagógico da escola, construído por meio da gestão democrática, e não uma avaliação individual. Deve haver um processo de construção para que o professor não seja apontado como único responsável pelo fracasso escolar do aluno;
- Os critérios de avaliação devem ser propostos em conjunto com a categoria;
- Desvincular o fator remuneração do desempenho obtido pela avaliação profissional;

Eixo Temático e seus desdobramentos

III – Princípios da Educação Básica.

- Currículo, tempo e espaço.
- Contextualização curricular, a partir da diversidade regional.
- Ampliação do tempo escolar.
- O papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação – Tic's na educação e como inclusão digital.
- As tecnologias e os conteúdos midiáticos na Educação Básica.
- Educação Infantil: etapa inicial da Educação Básica.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Ensino Fundamental de nove anos.
- Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Educação de Jovens e Adultos.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

REALIZADA EM 21/11/2007

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Eixo III: Princípios da Educação Básica.

Posições Majoritárias

- Garantir aos estados a autonomia para definição da parte diversificada do currículo;
- Revisão da LDB;
- Construção de estruturas adequadas nas escolas como quadras de esporte, laboratórios, bibliotecas, salas alternativas para implantação do turno integral;
- Necessidade de rever os recursos para implementação de TIC's nas escolas que continuam sem estrutura;
- Inclusão digital;
- Informatização das escolas;
- Manutenção de equipamentos;
- Cursos de formação na área;
- Realizar formação tecnológica contínua para os professores e alunos, utilizando de parcerias com universidades públicas;
- Criação de laboratórios e ampliação do número de computadores;
- Ampliação do atendimento da 'Educação Precoce';
- Ampliar a oferta de vaga na rede pública de ensino para os alunos da Educação Infantil com professores especializados, contratados através de concursos específicos, e espaços físicos adequados;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



- Assegurar o cumprimento da lei no que tange a garantia de orientadores educacionais nas escolas que oferecem ensino fundamental;
- Garantia da criação e revitalização, bem como a manutenção das bibliotecas escolares devidamente acompanhadas por profissionais qualificados;
- Ampliar o tempo de coordenação pedagógica para 50% para favorecer o aperfeiçoamento e a formação continuada;
- Regularizar por força de Lei a presença dos profissionais: orientador educacional, psicólogo em todas as etapas da educação básica;
- Criar subsídios para garantir o acesso e permanência dos alunos nas instituições;
- Motivar políticas de valorização da educação de jovens e adultos- EJA garantindo a qualidade e valorização desta modalidade da Educação Básica, através da implantação de estrutura de apoio: merenda escolar, materiais de apoio pedagógico, bibliotecas, centro de informática, quadras de esporte e salas de artes;
- Oferecer a educação de jovens e adultos em todos os turnos de forma presencial e semipresencial;

Posições Minoritárias

- Instrumentar o professor para utilizar o currículo que, do ponto de vista acadêmico é bem avaliado, porém é subutilizado. Essa instrumentalização não deve ser conteudista, mas garantir uma base mínima de conteúdos;
- Criação de espaços para discussão e aprofundamento do currículo por meio de oficinas e fóruns, possibilitando a construção deste à partir das experiências e vivências, com permanente avaliação;
- Valorizar os coordenadores pedagógicos locais, intermediários e centrais;
- Focalizar a educação na aprendizagem;
- Evitar a rotatividade dos docentes, com permanência mínima de 3 anos em uma mesma instituição;
- Desenvolver o currículo por competência, supervisionada pela coordenação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



pedagógica;

- Ser livre a movimentação dos docentes entre as escolas para troca de experiências;
- Definir o currículo escolar, partindo do princípio e da função da gestão democrática;
- Dividir o ano letivo por trimestres, com conteúdos elencados e de acordo com as competências pertinentes à série/ ano permitindo a flexibilidade para a adequação à realidade escolar;
- Rever a distribuição dos números de alunos dentro das turmas escolares;
- Que cada escola, ao construir a sua proposta Política Pedagógica, leve em consideração a realidade política-econômica-cultural e social da comunidade e, ou região e, assim trabalhar conteúdos significativos e a contextualização. Contextualizar o currículo escolar levando em consideração a problemática: gênero, etnia e cultura local da comunidade assistida;
- Realizar discussões regionalizadas em cursos e conferências;
- Que as Secretarias de Educação exerçam a fiscalização do Projeto Político Pedagógico por escolas quando ao termo referente ao currículo;
- Propor um currículo construído pela comunidade, respeitando a base nacional comum que preveja uma melhor contextualização dos conhecimentos;
- Apresentar regras e formas da educação em tempo integral priorizando uma escola de qualidade com equipe capacitada que ofereça atividades diversificadas do interesse dos alunos como: música, idiomas, artes cênicas e plásticas;
- Direcionar a ampliação do tempo escolar para o reforço e preparação do aluno para o mercado de trabalho, complementando a educação com a inclusão digital;
- Que se repense a carga horária de algumas disciplinas que é insuficiente; Esclarecimento e construção do projeto junto à comunidade por meio de debate sobre a prática didática, espaço físico e demais fatores que influenciam para a ampliação do tempo físico;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



- Comprometimento do Estado como mantenedor;
- Ampliar o tempo de permanência do aluno para 8h /dia, sem prejuízo do tempo disponível para a coordenação do professor, tendo em vista a maior contratação de profissionais;
- Reduzir de 5h/dia para 4h/dia de permanência do aluno na escola para uma maior manutenção escolar;
- Construir a equidade de tratamento entre as escolas urbanas e rurais, bem como respeitar a singularidade de ambas;
- Criar em cada unidade escolar o sistema de informação como instrumento pedagógico, garantindo formação aos profissionais de educação, possibilitando a criação de uma política de inclusão digital para escolas, aluno, professores e servidores;
- Modernizar laboratórios científicos (Química, Física e Biologia);
- Tornar a educação infantil uma base, integrando as crianças que estão fora da escola;
- Que se faça uma análise da situação preocupante da educação de crianças de 0 a 3 anos e se crie alternativas para oferta nesta faixa etária. Garantir a claridade do educar e cuidar na educação infantil, com presença de monitores qualificados e com curso na área pedagógica;
- Os recursos do Fundeb destinados à creches e pré-escolas devem considerar os custos reais deste atendimento;
- Definição e implementação de políticas de conveniamento com instituições de educação infantil pautada em critérios de qualidade e com a participação dos segmentos sociais interessados;
- Efetiva integração das creches e pré-escolas na área da educação, garantindo que as várias políticas e programas para a educação básica incluam a educação infantil;
- Criar parceria das secretarias de educação com as secretarias de saúde para a formação dos monitores das creches;
- Obrigatoriedade da educação básica compreendendo desde a creche até o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



ensino médio;

- Garantia de que a articulação entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental se dê adequadamente para não anteciparmos o fracasso escolar, através do estabelecimento de normas de transição;
- Criação e manutenção de centros de estudos e formação regionalizados para atendimento ao professor alfabetizador e do 6º ano do ensino fundamental, privilegiando a formação no espaço da escola;
- Garantir nos anos iniciais do ensino fundamental (período de alfabetização) organização escolar em ciclos;
- Adequar o espaço físico e desenvolver a pedagogia de projetos;
- Capacitação de professores para trabalhar com clientela específica de 5º a 8º série;
- Potencializar a atuação de outros profissionais: psicólogos, orientador, etc;
- Buscar um Ensino Médio com mais atrativos, através da redução do número de alunos em sala de aula (35 alunos máximo), implantação de laboratório de química, física, biologia, informática, bibliotecas e quadras esportivas, Reduzir o número de turmas por professor;
- Fortalecimento do vínculo entre o ensino médio e a parceria com escolas profissionais técnicas ampliando de vagas junto as escola de educação profissional (SESI, SENAI) e construção de escolas técnicas para uma maior abrangência de atendimentos, sem prejuízo aos conteúdos previstos;
- Criação de centros de educação profissional em todas as cidades articulado ao ensino médio;
- Dar oportunidade ao aluno do EJA junto ao mercado de trabalho;
- Definir políticas públicas que viabilizam a educação de jovens e adultos em todos os níveis;
- Criar centros de EJA com estrutura adequada a esta modalidade de ensino em longo prazo;
- Criar mecanismo de discussões e fóruns específicos do EJA ao longo do ano;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Tornar a Educação de Jovens e Adultos obrigatória em todos os Estados e não permitir a exclusão do mesmo no sistema de ensino;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Eixo Temático e seus desdobramentos

IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

- Educação para deficientes e para superdotados/altas habilidades.
- Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- Educação e afrodescendência.
- Educação e diversidade sexual.
- Cultura da paz na escola.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Relatório da Conferência da Educação Básica no Distrito Federal

Realizada em 21/11/2007

Responsável pela sistematização: Adailton Barreto Rodrigues

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Posições Majoritárias

- Adequação do espaço físico das escolas;
- Formação e capacitação de professores e demais segmentos;
- Garantia de atendimento especializado como professor de apoio, salas de recurso e equipe psicopedagógica para diagnóstico e orientação (pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, psicoterapeuta, fisioterapeuta e orientador educacional);
- Cumprimento da Lei nº 10.639/2003;
- Garantir o cumprimento da adaptação física (acessibilidade) das escolas para o recebimento desses alunos;
- Capacitação dos profissionais com vistas à educação inclusiva;
- Garantir o cumprimento da adaptação física (acessibilidade) das escolas para o recebimento desses alunos;
- Capacitação dos profissionais com vistas à educação inclusiva;
- Políticas públicas para o ensino de libras para os profissionais servidores;
- Constar no documento de inclusão e diversidade na educação básica as convenções normativas internacionais;
- Garantir a obrigatoriedade do apoio financeiro às políticas de diversidade;
- Regulamentação a coleta seletiva do lixo para a devida reciclagem;
- Oferta de cursos de especialização que abordem temas como: educação das relações étnico-raciais para história e cultura afro-brasileira e africana, educação e diversidade;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



- Criar mecanismos de resgate da história do povo brasileiro;
- Ampliação na capacitação de profissionais para sua atuação no tema do Africanismo (Lei nº 10639/03);
- Realização de fórum de discussão sobre a educação e afrodescendência;
- Capacitação do profissional de Educação;
- Formulação de políticas públicas voltadas para a família;
- Formulação de políticas públicas para o combate a homofobia;

Posições Minoritárias

- Ampliação do apoio especializado em salas de apoio e de recursos e equipe psicopedagógica. para diagnóstico e orientação (pedagogo, psicólogo e orientador educacional) para o atendimento de alunos com acentuada dificuldade de aprendizagem. Recomenda-se a flexibilização do currículo escolar para atender às especificidades dos ANEE;
- Garantir o atendimento especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais na área educacional e da saúde, por meio da ampliação das equipes de atendimento psicopedagógico e das salas de recursos e estabelecendo parcerias;
- Criar monitoria para auxiliar os professores nas atividades de vida diária no Centro de Ensino Especial;
- Fortalecer a parceria do ensino especial com a secretária de saúde, ação social e secretária do trabalho;
- Implementar políticas públicas para uma melhor aceitação do aluno incluso na escola regular;
- Reduzir o número de aluno por turma quando houver alunos especiais com um limite máximo de 10 alunos regulares por turma;
- Formação dos gestores para o recebimento dos alunos de ensino especial;
- Oferta de EJA diurno para alunos com necessidades especiais;
- Possibilitar discussões mais amplas do ensino especial na estratégia de matrícula;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



- Criação de mais turmas de altas habilidades incentivando e orientando o diagnóstico;
- Garantir condições de infra-estrutura para as escolas inclusivas preparando e qualificando adequadamente o professor para o trabalho escolar;
- Deixar claro no texto de inclusão e diversidade, na educação básica, o direito humano para quem tem diferenças, de forma a conceituar bem o que é diversidade;
- Promover a diversidade fundamentada na perspectiva de que todos são iguais perante a lei;
- Definir no texto, a concepção de educação, especialmente nos marcos da educação inclusiva;
- Promover a mudança de visão cultural, conscientização da sociedade através do comprometimento do Estado por meio de desenvolvimento de políticas públicas e subsídios a projetos elaborados pelas escolas;
- Implementação e compreensão efetiva do currículo;
- Momentos de discussão da auto-imagem com o intuito de diminuir o preconceito enaltecendo as diferenças;
- Abordar a diversidade religiosa, bem como mencionar às religiões de matriz africana;
- Valorização da mulher;
- Participação dos professores em cursos direcionados ao tema, auxiliando sua formação e preparação para mudança de postura, em sala de aula, em relação ao trato com as diferenças;
- Implantação de projetos de educação sexual nas escolas;
- Reforçar a educação pública laica para evitar o preconceito de etnias e orientação sexual;
- Garantir orientação sexual;
- Promoção de debates para se repensar como o fazer pedagógico tem reforçado a falta de paz;
- Implementação de políticas públicas contra a violência pelo MEC e



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



Secretarias de Educação com mediação de especialistas;

- Subsidiar projetos elaborados pelas escolas quanto à participação da comunidade;
- Implementação e compreensão efetiva do currículo;
- Garantir a liberdade de expressão das atividades religiosas e diversidades culturais;
- Cumprir efetivamente o artigo 33 da lei 9394/96 com acompanhamento e monitoramento nas escolas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Educação na área rural

Justificativa:

A rede pública de ensino do Distrito Federal, a despeito de não envolver propriamente a educação no campo, possui escolas denominadas rurais com peculiaridades administrativas.

Propostas:

- Respeitar a diversidade na área rural através da definição de políticas públicas específicas;
- Propõe-se que seja feita uma reconfiguração do que é escola rural e escola urbana, o que poderia ser feito paralelamente a uma redefinição da área rural e área urbana (hoje ainda baseada num decreto do Estado Novo) levando-se em conta critérios da OCDE. De acordo com os PCN's (1994), 70,03% das escolas públicas são rurais e atendem a 17,05% da população escolar. Portanto é pertinente uma melhor definição do que é escola rural e que ela seja mais valorizada.
- Resguardar a igualdade de oportunidades aos alunos da área rural em relação aos da área urbana, em todos os níveis e modalidades de ensino.